



miguilim

revista eletrônica do nefli

volume 9, número 3, set.-dez. 2020

DISCURSOS DE ÓDIO EM PERFIS DE LIDERANÇAS POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NO *TWITTER*



HATE DISCOURSES IN POLITICAL LEADERSHIP PROFILES: A CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS IN *TWITTER*

Edilson FERNANDES
Vicente de LIMA NETO

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR

RECEBIDO EM 30/06/2020 • APROVADO EM 19/08/2020

DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v9i3.2573>

Resumo

Em meio aos acontecimentos políticos nos últimos anos no Brasil, os discursos de ódio ampliaram-se, significativamente, em diferentes esferas da sociedade, sobretudo no tocante aos apoiadores de políticas progressistas. Este artigo tem por objetivo *identificar diferentes discursos de ódio em perfis de lideranças políticas da situação e da oposição*, bem como *descrever os recursos semióticos utilizados para marcar esses discursos*. Nossa fundamentação teórica está alicerçada, sobretudo, nos argumentos de Fairclough (2001) sobre Análise de Discurso Crítica; Foucault (1999), acerca da ordem do discurso; Charaudeau (2018), a respeito

do discurso político; Glucksmann (2007), sobre discurso de ódio, e Thompson (2011), acerca de ideologia. Para alcançar nosso objetivo, reunimos um corpus, do qual retiramos uma amostra composta por uma postagem de um político da situação e um da oposição, além de dois comentários públicos resultantes de uma publicação do político da oposição, cujo critério foi o de *possuir uma finalidade crítica de interesse social*. Posteriormente, analisamos o objeto de estudo subsidiados destas categorias: a) intertextualidade, b) interdiscursividade, c) avaliação, ligadas aos significados do discurso fornecidos pela ADC: acional, representacional e identificacional. Quanto aos resultados, identificamos a materialização dos discursos de ódio, por meio de textos verbais e imagéticos, no discurso xenofóbico e no desejo de morte direcionados ao ex-presidente Lula, assim como no discurso misógino encaminhado a uma apoiadora. A respeito dos discursos de lideranças políticas, observamos que tencionaram persuadir os internautas acerca de suas concepções através da busca pela opinião média.

Abstract

In view of the latest political events in recent years in Brazil, there was an increase in hate speech in different spheres of society, especially attacking supporters of progressive policies. This article aims to identify different hate speech in profiles of political leaders of the situation and opposition, as well as describe the semiotic resources used to mark these speeches. We are based, above all, on Fairclough's (2001), who argues on Critical Discourse Analysis; Foucault (1999), about the order of discourse; Charaudeau (2018), regarding political speech; Glucksmann (2007), about hate speech, and Thompson (2011), about ideology. To achieve our goal, we assembled a corpus, from which we took a sample consisting of a post from a politician of the situation and one from opposition, in addition to two public comments resulting from a publication of the opposition politician, whose criterion was to have a purpose of criticism of social interest. Subsequently, we analyzed the subsidized study object of these categories: a) intertextuality, b) interdiscursivity, c) evaluation, linked to the meaning of the discourse provided by the ADC: action, representational and identificational. As for the results, we identified the materialization of hate speeches, through verbal and image texts, in the xenophobic speech and in the death wish addressed to ex-president Lula, as well as in the misogynist speech sent to a supporter. Regarding the speeches of political leaders, we note that they intended to persuade Internet users about their conceptions through the search for average opinion.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio. Discurso político. Twitter.

KEYWORDS: Hate speech. Political speech. Twitter.

Texto integral

O ano de 2016 foi marcado, na história da redemocratização brasileira, pelo segundo *impeachment* de um chefe do executivo, a então presidenta Dilma

Rousseff, por crime de responsabilidade¹. Naquele ano especificamente, ela foi, por diversas vezes, vítima de discursos de ódio em práticas espraiadas por diferentes contextos. Sob o rótulo de *opinião* ou *liberdade de expressão*, Stocker e Dalmaso (2016) chegaram à conclusão de que muitas das postagens no Facebook contra a presidenta eram carregadas de um teor sexista, mesma conclusão que foi constatada por Silva (2019), para quem os preconceitos ligados a gênero tiveram profundo impacto na imagem da então presidenta.

Tal atitude, conforme Bobbio (2004), pode ser entendida como uma opinião ou conjunto de opiniões recepcionadas de forma acrítica, isto é, diferentemente do sujeito crítico, o ser acrítico aceita, passivamente, os preconceitos cristalizados pelo senso comum sem contestá-los; assim, o princípio de tolerância (o igual direito a conviver) é suplantado pela instauração da intolerância (religiosa, política, racial), isto é, a exclusão do diferente.

Tomamos o exemplo da presidenta porque é importante ver o peso que as postagens em sites de redes sociais e derivados têm numa sociedade e, assim como as pesquisas citadas, esta também está inserida no âmbito digital. A temática deste trabalho recai sobre os discursos de ódio, e nosso universo de pesquisa são as redes sociais. Tomamos como pressuposto que, nesta última década, o mundo vivenciou um crescimento explícito de partidos de direita e de movimentos de extrema direita², sobretudo com a insatisfação de parte da população com a situação econômica e social que atravessa o mundo.

Sob esta temática, afunilamos nossa investigação para dois perfis de lideranças políticas no Brasil: a do ex-presidente Lula e a do presidente Jair Bolsonaro e objetivamos, com isso, *identificar diferentes discursos de ódio em perfis de lideranças políticas da situação e da oposição*³, bem como *descrever os recursos semióticos utilizados para marcar esses discursos*.

Quanto à organização deste artigo, o dividimos em seis tópicos, além das considerações iniciais, a saber: o item 2 traz a concepção de discurso e ideologia que fundamenta nosso trabalho; no 3, explanamos acerca do discursos políticos de ódio em SRS; no 4, trazemos as categorias de análise à luz da ADC; no 5, nos detivemos à metodologia e a análise de dados e discussões; e, por fim, o 6 contém as considerações finais.

1 SOBRE DISCURSO E IDEOLOGIA

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contradilma-rousseff>. Acesso em: 20 ago. 2020.

² É o caso, por exemplo, de vitórias de partidos de direita pelo mundo, como a vitória de Trump nos EUA em 2016; de Viktor Órban na Hungria, em 2018, e do próprio Jair Bolsonaro, no mesmo ano; além do ressurgimento de movimentos de extrema direita, como a marcha neonazista em Charlottesville, EUA, em 2017, e o movimento 300, no Brasil, em 2020.

³ Enquanto os políticos da *situação* são aqueles que estão no poder em um determinado sistema de governo, os da *oposição* são aqueles que estão no poder de uma outra forma, isto é, atuam como agentes qualificados no aperfeiçoamento das ações do governo da *situação*.

Amparados na Análise de Discurso Crítica, de perspectiva faircloughiana, assumimos o conceito de discurso na acepção de “uso de linguagem como forma de prática social e não apenas como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRGLOUGH, 2001, p. 90). Nessa perspectiva, o referido termo é primordial para nossa análise, em razão de representar uma forma de agir sobre o mundo e singularmente sobre os outros, assim como uma ação de representação. Ainda amparados por esse autor, salientamos que o discurso contribui para a construção dos diferentes campos da estrutura social, seja de forma direta ou indireta, o moldam e o delimitam: suas próprias normas e convenções, bem como as relações implícitas (ibidem).

Quanto à produção discursiva, subsidiados em Foucault (1999), afirmamos que o conceito “a ordem do discurso” interfere diretamente nesse processo, tendo em vista que, em toda sociedade, ela é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que objetivam invocar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento arbitrário, esquivar sua pesada e temível materialidade. Um desses mecanismos é a interdição. Esse conceito refere-se ao princípio regulador da fabricação discursiva, isto é, não se pode dizer tudo em qualquer circunstância, bem como não são todos que podem dizer qualquer coisa.

Ainda sobre essa discussão, é primordial que falemos acerca do *poder*, haja vista que esse elemento impacta diretamente a organização das práticas sociais e, por consequência, a produção discursiva. Subsidiados pelo pensamento de Thompson (2011), pontuamos que os diferentes níveis de poder, conferidos aos indivíduos, são explicados pela localização social deles, assim como pelas qualificações associadas a essas posições (num campo social ou numa instituição). Alguns indivíduos são empossados do direito de tomar decisões, atingir seus objetivos e executar seus interesses. É importante notabilizar que as relações assimétricas de poder instauram a dominação, isso é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau considerável, impossibilitando que outros agentes, ou grupo de agentes, consigam atingi-lo.

O exemplo brasileiro sobre os discursos e seus efeitos de dominação pode ser a base para entender o movimento das lutas hegemônicas pelo poder: em pouco mais de dois anos, o país passou do governo do Partido dos Trabalhadores, já no poder há quatorze anos e foi interrompido em 2016, para o governo de extrema-direita do Partido Social Liberal, encabeçado pelo ex-deputado Jair Bolsonaro, em 2018, que se elegeu sob o discurso da moralidade, que rivalizava, àquela altura, com o sentimento nacional de grande parte da população. Essa tensão pela luta hegemônica se estruturava em torno de pautas muito opostas: de um lado, bandeiras progressistas abarcadas pelo Partido dos Trabalhadores; de outro, bandeiras conservadoras, que representariam uma mudança radical na visão de mundo do país⁴.

⁴ É claro que as questões esquerda/ direita na política brasileira não são tão maniqueístas como talvez tenhamos dado a entender. Num sistema presidencialista de coalizão, é natural que grupos políticos assumidamente progressistas façam acordos com grupos mais conservadores e vice-versa, tudo pela condição de governabilidade e em busca da manutenção do poder.

Frente ao exposto, vale ressaltar que a representação do discurso não se limita à questão gramatical, pelo contrário, representa um processo ideológico cuja pertinência deve ser pontuada. Analisar as vozes que perpassam nos textos, quais são representadas direta ou indiretamente, assim como as consequências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles que enunciaram os discursos relatados no texto podem elucidar questões de poder no uso da linguagem (RESENDE RAMALHO, 2006).

A ideologia também é outro conceito chave em nossa discussão. Esse termo exerce um papel fundamental na sustentação das relações de poder, uma vez que assegura o consentimento por meio de lutas de poder (ibidem). Nesta pesquisa, nós o utilizaremos, alicerçados por Fairclough (2001, p. 117), no sentido de “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em vários momentos das formas/sentido das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação”.

A partir de tal abordagem, focalizaremos os fenômenos ideológicos como fenômenos simbólicos significativos apenas se servirem, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011). Para atingir esse estágio, as ideologias devem atingir um status de senso comum, isto é, quando alguns pensamentos se tornam cristalizados nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, op. cit.).

Ao atingir o status de senso comum, uma ideologia é identificada como hegemônica. A hegemonia exerce poder acerca dos domínios econômico, social e ideológico de uma sociedade. Entretanto, não é possível atingi-lo de forma integral, haja vista que a hegemonia se encontra em equilíbrio instável. Entende-se que tal termo está para além de uma simples dominação de classes subalternas, mediante a obtenção de seu consentimento. Implica na construção de alianças e sua integração.

Na busca de construir, manter, ou romper alianças e relações de dominação/subordinação (nas formas econômicas, políticas e ideológicas) trava-se uma constante luta acerca dos pontos de maior instabilidade entre as classes e blocos. A luta hegemônica está localizada em uma frente ampla com provável discrepância entre diferentes graus e domínios em uma frente, bem como é composta por diversos âmbitos da sociedade civil: educação, sindicatos, família, entre outros (ibidem).

Diante dos pressupostos apresentados, arrematamos esse subtópico pontuando que o desvelamento das estratégias de poder viabilizam a mudança dos mecanismos de controle por meio da reconstrução de papéis sociais; a reflexividade objetiva a reconfiguração dos níveis de poder através das representações poderosas de grupos ou pessoas, assim como de suas redes discursivas (SATO; MELO; BATISTA-JR, 2018). Mediante as considerações de Resende e Ramalho (2006), entendemos que, embora haja coerção sob os indivíduos nas práticas sociais, eles são providos de uma certa liberdade para construir relações inovadoras na (inter)ação, isto é, são capazes de modificar as práticas estabelecidas. Assim sendo, o discurso insere-se na vida social entre a

regulação e a transformação. Explanada a concepção mais ampla deste trabalho – o discurso – afunilaremos para as concepções que nos interessam, debruçando-nos sobre o discurso político e o discurso de ódio e suas realizações em sites de redes sociais (SRS).

2 DISCURSOS POLÍTICO E DE ÓDIO EM SITES DE REDES SOCIAIS

Alicerçados em Charaudeau (2018), pontuamos que o discurso político, enquanto ato de comunicação, dedica-se a construir imagens de atores e utilizar mecanismo de persuasão e de sedução, fazendo uso dos elementos da retórica. Dessa maneira, objetiva-se influenciar as opiniões de modo a obter adesões, rejeições ou consensos. Entretanto, a instância política não explicita que almeja ocupar o lugar de poder e nele se manter; isso seria contraditório, haja vista que “não há outra justificativa para o poder senão a própria situação de poder (quer seja obtida pela força ou pelas urnas) (ibidem, p. 56). Desse modo, o discurso político propõe, justifica, critica e conclama ações que tencionam o apoio dos cidadãos; para tanto, usa artifícios persuasivos e sedutores (ibidem).

Em virtude disso, ao construir seu discurso, o sujeito não é livre para tematizar como bem o desejar. Há um certo número de restrições que auxiliam a circunscrever o sujeito, assim como o seu discurso. Desse modo, consegue-se atingir o propósito. O discurso político destina-se ao maior número de indivíduos para fazê-los aderir a valores comuns. Para atingir tal feito, deve-se compreender os imaginários que caracterizam os diferentes grupos de opinião, identificar quais seriam os pontos convergentes e fazê-los coexistirem de modo a erigir uma opinião média (CHARAUDEAU, 2018).

Entre as condições de argumentação, destacamos uma: a veracidade. Com efeito, o desafio não reside na verdade, mas sim na veracidade (ibidem). Foucault (1999) deve ser retomado aqui, haja vista que o discurso verdadeiro, com efeito, é camuflado por uma vontade de verdade, isto é, ele exerce sobre os demais discursos uma pressão e um poder de coerção; assim, a vontade de verdade é um sistema que exclui todos aqueles que o realocam contra a verdade em questão. Tal fenômeno apoia-se nas instituições; estas acabam por reforçar e reconduzi-la por meio de um conjunto de práticas, a saber: pedagogia, sistemas de livros, sistemas de bibliotecas, laboratórios, etc.

É essa vontade de verdade que fundamenta a cultura da desinformação (WARDLE, 2017), sobretudo o que popularmente conhecemos como *fake news*. Com a internet, as informações falsas, muitas das quais com o propósito de prejudicar o outro, têm sido disseminadas e ganhado *status* de verdade, sendo, inclusive objeto de legitimação social. Pela primeira vez, o Congresso Nacional Brasileiro propõe um projeto de lei cujo intuito é combater a disseminação de

conteúdos falsos⁵, preocupação essa que é nova numa sociedade altamente politizada e globalizada como a brasileira.

Ainda sobre a cena política, assinalamos, baseados em Charaudeau (op. cit.), que o sujeito objetiva influenciar o outro e, para tanto, o leva a pensar, dizer ou agir amparado pela sua intenção. Os políticos agrupam argumentos da razão e da paixão objetivando que o público adote suas ações. Todos eles, explícita ou implicitamente, afirmaram que o êxito da cena política reside na gestão efetiva das paixões, ou seja, deve-se instaurar um sentimento coletivo.

Em decorrência disso, pode-se dizer que os partidos políticos exercem uma influência significativa na elaboração e difusão das concepções do mundo, dado que formulam a ética e a política adequada a ela. Como resultado, os partidos engendram novas intelectualidades integrais e totalizadoras, isto é, promove a unificação de teoria e prática, entendida aqui com um processo histórico real (GRAMSCI, 1977). Vejamos um exemplo:

Figura 1: Presidenciável Jair Bolsonaro em campanha no Acre



Bolsonaro: Candidato à Presidência em campanha eleitoral imita atirar nos "petralhas" (YouTube/Reprodução)

Fonte: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>.

Em agosto de 2018, o então presidenciável Jair Bolsonaro, durante campanha no Acre, discursava para uma população, em busca de apoio político. Segurando um tripé de câmera, simulou o que seria um fuzilamento⁶, de apoiadores de seu oponente político, propondo que colocasse toda essa população para fora do estado e os expulsasse para a Venezuela, país vizinho ao Brasil e administrado, há décadas, por um regime de esquerda. O resultado foi imediato: foi ovacionado por seu público, atendendo o seu objetivo, o de *despertar paixões* e instaurar esse sentimento de maneira coletiva, por mais que suas propostas de

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/02/sem-relatorio-projeto-de-lei-contra-fake-news-tem-votacao-adiada>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁶ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCbyQ>. Acesso em: 23 jun. 2020.

adesão das pessoas envolvessem possíveis ameaças. Como bem diz Charaudeau (2018), o discurso político efetua uma encenação sustentada no cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: detalha o mal, elucida sua razão e extirpa o mal por meio da interferência de um herói natural ou sobrenatural. Bolsonaro, aqui, é visto como esse herói, que estaria extirpando todo o mal de que padece o Brasil.

O que muitos não perceberam – ou, se perceberam, se omitiram – é que o então presidenciável também praticava o que chamamos de *discurso de ódio*, uma vez que incitava um crime – fuzilar aqueles que não compactuassem com seu ponto de vista político. Veja aqui que esse discurso de ódio está *a serviço* do discurso político e, portanto, não é incomum que eles caminhem juntos.

Glucksmann (2007) nos dá luzes sobre o discurso de ódio: ele sentencia conforme seu capricho; o ódio não respeita nada e imagina se encontrar diante de um complô universal. Quem tem ódio só enxerga a si mesmo, assim como circunscreve-se à luz de uma lei, criada por ele, única e universal.

Afirmamos que os discursos políticos e de ódio, quando erigidos em SRS, apropriam-se de algumas características que interferem diretamente na adesão ou não das informações propagadas, a saber: a reputação, a popularidade e a autoridade. O primeiro refere-se às impressões dos atores pelos demais participantes da rede social; esse aspecto pode ser intencionalmente autoconstruído através da publicação de informações, bem como da visibilidade social. O segundo trata da posição que o ator ocupa na rede social; quanto maior sua audiência, maior será sua capacidade de influenciar as pessoas conectadas a ele. O terceiro liga-se ao poder de influenciar; pode-se citar como exemplo, no Twitter, quando o enunciado do ator suscita conversações.

Por vezes, esses dois discursos se entrecruzam em razão da interdiscursividade. Este conceito, segundo as considerações de Sato; Melo; Batista-Jr (2018), refere-se ao princípio de que todo texto é constituído por diferentes discursos. Mesmo que não consigamos perceber inicialmente, um discurso estabelece relação implícita com outro, até mesmo com discursos antagônicos; eles existem simultaneamente nas práticas sociais. Subsidiados nesses autores, *constatamos* que o modo como as pessoas estão localizadas no mundo, bem como as relações que estabelecem com outros indivíduos, possibilitam identificar os diferentes recursos discursivos (disputas por poder, dominação, competição, cooperação, desejo de mudança).

De modo análogo ao discurso político, o discurso de ódio também é erigido meticulosamente. A maneira como o interlocutor orchestra estes discursos contribui para alcançar os efeitos comunicativos, logo, cada detalhe é significativo. Sobre o discurso de ódio, seguindo Glucksmann (2007), entendemos que a cólera é afirmativa e não reativa. Segundo esse pressuposto, a cólera engendra sua coerência para além da agressão efêmera, distanciando-se das circunstâncias externas e dos estímulos internos. Tal aspecto pressupõe o assentimento. Assim, somente o homem, nunca o animal, pode se apoderar da cólera. Isto implica que um discurso implícito orchestra a cólera. Após sua manifestação, diversos argumentos amparam sua expansão.

A insaciabilidade do ódio evidencia a atitude diligente com que ele recolhe tudo o que adora e abomina, tendo em vista intensificá-lo sem trégua e sem fim (GLUCKSMANN, 2007). Salientamos que essa característica incisiva dialoga com uma estratégia típica de operacionalização da ideologia postulada por Thompson (2011): a fragmentação. Este conceito diz respeito, nas relações de dominação, a desagregar uma coletividade, isto é, segmentar indivíduos e grupos que possam caracterizar um risco aos grupos dominantes, ou direcionar forças contra um alvo que possa ser mau, perigoso ou ameaçador. Assim sendo, esse mecanismo se ocupa em criar um inimigo, seja interno ou externo, via diferenciação ou expurgo do outro. No primeiro, enfatiza as diferenças entre os indivíduos e grupos, frisando as características que os apartam e os impedem de articularem um desafio que vá de encontro ao grupo hegemônico. No segundo, constrói-se um ser mau, perigoso e ameaçador contra os indivíduos; por consequência, eles são convocados a resistir em conjunto e expurgá-lo.

Alicerçados nos pressupostos teóricos apresentados, propomos detalhar a manifestação dos discursos de ódio em perfis de lideranças políticas, mais especificamente, no Twitter. Como bem se sabe, as redes sociais foram/são palco de ataques contra determinados grupos sociais: LGBTQ+, negros, mulheres, nordestinos, entre outros. Assim, nos interessa analisar a construção desses discursos, bem como as estratégias utilizadas para atingir os efeitos de sentidos. Mediante o exposto, esse trabalho estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, haja vista que instrumentaliza os indivíduos a desvelarem os mecanismos utilizados para construir o discurso, isto é, propicia uma concepção holística acerca do texto.

Fundado no exposto, elaboramos alguns questionamentos com relação a construção do discurso de ódio: 1) Quais são os discursos de ódio que circulam em perfis de lideranças políticas da situação e da oposição? 2) Que recursos semióticos são utilizados para marcar os discursos de ódio?

Baseados na Análise de Discurso Crítica (ADC), apresentamos algumas categorias de análise para os recursos semióticos desses discursos produzidos no Twitter: a) intertextualidade, b) interdiscursividade, c) avaliação. A partir de agora, detalharemos tais categorias, bem como os procedimentos metodológicos seguidos da análise.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE À LUZ DA ADC

Na perspectiva faircloughiana, a relação entre os textos e eventos configuram o discurso a partir de três principais modos como elemento que compõe as práticas sociais: como modo de agir, como modo de representar e como modo de ser. Para cada um desses modos, há um tipo de significado correspondente. O primeiro refere-se ao significado acional, que evidencia que o texto é um modo de inter(ação) em eventos sociais; o segundo diz respeito ao significado representacional, que focaliza a descrição dos aspectos do mundo (físico, mental e social); o terceiro é o significado identificacional, que se ocupa da

construção e negociação das identidades no discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006).

As autoras ainda ratificam que a análise de discurso sucede de modo que os três significados sejam executados sincronicamente. Os aspectos linguísticos dos textos, bem como o evento social e as práticas discursivas devem estar interligados, uma vez que se deve observar quais e como os gêneros, discursos e estilos manifestos se unem (ibidem). Diante do exposto, selecionamos estas categorias de análise: a) Intertextualidade, b) Interdiscursividade, Avaliação, explanadas seguidamente.

Quando se analisa um texto em termos de gênero, tenciona-se investigar a inter(ação) social, bem como de que maneira auxilia para ela nos eventos sociais concretos. É interessante pontuar, à luz da teoria faircloughiana, inspirada também em Bakhtin (2009), que, em decorrência de sua mobilidade e dialogicidade, o gênero encontra-se em constante reformulação; as interações semióticas favorecem tal aspecto, assim como dificultam que se trabalhe com um tipo textual fixo (ibidem). Sendo assim, escolhemos a categoria de intertextualidade, haja vista que as publicações/comentários apresentam, em alguns exemplos, um caráter multimodal; muitos desses, inclusive, passíveis de receber a classificação de memes.

Para Resende e Ramalho (ibidem), essa categoria é a junção da voz do enunciador com outras vozes que lhe são imbricadas. O discurso analisado designa o que foi dito ao seu autor, porém não descarta a integração de elementos provenientes de outros textos, seja de forma explícita ou implícita. Essas vozes poderão ser orquestradas de modo harmônico, cooperativo ou divergente entre o texto mencionado e o texto que relata; uma questão significativa é o fato de algumas vozes estarem excluídas ou incluídas. Assim, percebe-se a variabilidade da intertextualidade.

Nossa segunda categoria é a interdiscursividade, referente ao conceito de discurso como forma de representar as concepções do mundo, sendo derivada do significado representacional dos textos. Em vista disso, um mesmo texto consegue abarcar discursos diferentes, e a união destes pode oscilar entre cooperação ou competição. Este último aspecto implica, comumente, em um discurso protagonista e outro antagonista (RESENDE; RAMALHO, 2006). Pode-se acrescentar ainda que os diferentes discursos remetem, por exemplo, às diferentes posições que as pessoas assumem no mundo, como também os diferentes modos de interação social (SATO; MELO; BATISTA-JR, 2018).

Por fim, temos a categoria de estilo, que se liga ao significado identificacional. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 76-77), “estilos constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos”. As autoras também salientam que identidade e diferença estão estritamente conectadas, dado que as suas construções simbólicas são instáveis e, por conseguinte, passíveis às relações de poder e lutas por sua (re)configuração. Assim, ao questionar identidades e diferenças, questiona-se os sistemas legitimadores que lhes alicerçam a construção de sentido. Tal observação

elucida a relação dialética entre os três significados (acional, representacional e ideacional).

Diante disso, selecionamos a categoria de avaliação para nossa análise. Essa categoria envolve as afirmações avaliativas, afirmações com verbos de processo mental afetivo e presunções valorativas. Ao caracterizar cada uma, temos: as afirmações avaliativas sendo declarações a respeito do que é encarado como desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante, ou seja, são juízos de valor. As afirmações com verbos de processo mental e afetivo recebem esta classificação tendo em vista que evidenciam a subjetividade do enunciador, isto é, a afirmação é marcada de forma explícita como pertencente ao sujeito (por exemplo, “detestar”, “gostar” e “amar”). As presunções valorativas são referentes aos casos cujas avaliações necessitam estar amparadas não apenas no que está explícito, mas também no que está presumido; assim, o não dito possibilita identificar a percepção do enunciador sobre o que é bom ou desejável (ibidem).

No próximo tópico, explanaremos a respeito da metodologia e análise dos dados baseadas nas referidas categorias.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto à escolha do corpus, coletado no período de setembro de 2019 a fevereiro de 2020, selecionamos duas postagens em perfis de lideranças políticas no Twitter, um da situação – deputado Eduardo Bolsonaro, e outro da oposição, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, assim como vinte comentários públicos provenientes da reverberação dessas postagens (dez comentários em cada postagem). Os critérios para a seleção foram estes:

1. Finalidade crítica de interesse social (conteúdos polêmicos na sociedade contemporânea, como machismo, xenofobia, religião, liberdade de expressão)
2. Perfis com mais de 1 milhão de seguidores, cujas personalidades representassem, nos últimos anos, dois polos políticos com interesses divergentes (políticos, sociais e culturais).

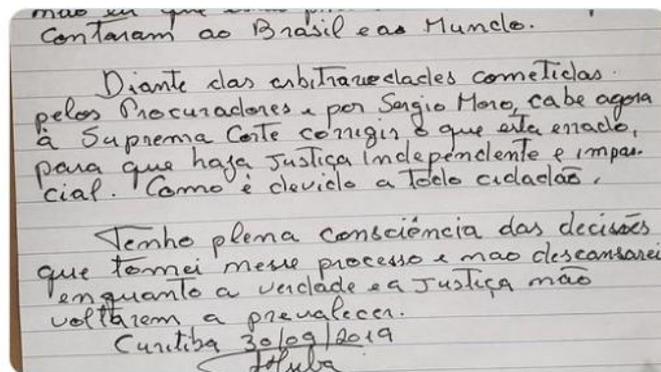
Fizemos um recorte para este trabalho, em que analisamos, além das duas postagens políticas, dois comentários na postagem do ex-presidente Lula.

Figura 1: Tweet do Lula



Lula @LulaOficial · 30 de set

A íntegra da carta de Lula sobre o pedido de progressão de regime feito pelo MPF.



Fonte: <https://twitter.com/LulaOficial/status/1178748790121086978>.

A figura 1 refere-se à postagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 30 de setembro de 2019; a publicação possui uma carta anexa que tematiza acerca do pedido de programa de progressão de regime emitido pelo Ministério Público Federal em prol do referido indivíduo. A carta em questão se destina ao “povo brasileiro” e discorre, de forma enfática, sobre não negociar a dignidade pela liberdade. Em razão da proporção significativa que as práticas discursivas alcançam nas redes sociais, engendrou-se discursos convergentes e divergentes do posicionamento adotado pelo interlocutor em questão.

Primeiramente, retoma-se que o conteúdo da postagem é atravessado pelo discurso político: a carta é endereçada ao povo brasileiro e apela para as paixões, em busca de adesão de seu público, por meio de um discurso da justiça e do apego aos determinados princípios, o que condiz com um senso de justiça compartilhado pelos seus apoiadores. É, de fato, uma estratégia importante de sedução, para conquistar a opinião pública, cujo alcance é aumentado em virtude da publicização no Twitter.

Iniciando a análise pela categoria intertextualidade, afirmamos que a voz do Lula se relaciona, de modo divergente, com as vozes ausentes dos procuradores da operação *Lava Jato* e, mais diretamente, à petição emitida pelo Ministério Público Federal que determinou a progressão do seu regime. Amparados pelos pressupostos de Recuero (2009), enfatizamos que a reputação, a popularidade e autoridade do interlocutor no Twitter fomentaram, segundo Foucault (1999), a vontade de verdade do discurso analisado, assim como auxiliaram na deslegitimação das opiniões divergentes desse discurso.

Quanto à interdiscursividade, percebemos que a postagem dialoga, sobretudo, com o discurso de justiça social, haja vista que o interlocutor afirma, reiteradas vezes, sua inocência frente às acusações. Visando assegurar tal afirmativa, o discurso do ex-presidente buscou, conforme Charaudeau (2018), a opinião média, isto é, a produção discursiva tentou persuadir o leitor acerca da sua inocência, como também fomentou a rejeição das medidas judiciais tomadas em prol do referente. Para tanto, esse discurso foi circunscrito, seguindo Foucault

(1999), sob a ordem do discurso, isto é, a construção discursiva selecionou, intencionalmente, vocábulos como “mal”, “justiça”, “mentiras” e “arbitrariedades” em detrimento de outros para atingir o efeito comunicativo.

Relacionado à avaliação, identificamos afirmações avaliativas marcadas por classes gramaticais como: verbo, substantivo e adjetivo em expressões como estas: “pedir desculpas”, “acusações que me fizeram”, “mal que fizeram a democracia” e “falsas as acusações”. Também há, explicitamente, afirmações com verbos de processo mental afetivo nas marcações com adverbio de negação e verbo: “Não troco” e “não aceito”. As presunções avaliativas revelam que a carta anexa tentou persuadir os internautas do Twitter acerca da inocência do Lula, assim como deslegitimar as colocações divergentes. Vejamos agora dois comentários nesta postagem:

Figura 2: Comentário público 1



Figura 3: Comentário público 2

Guile Brasileiro @GuileBrasileiro · 30 de set
Em resposta a @LulaOficial
Não reconheço a veracidade dessa carta!!!
Ela está muito bem escrita para ter sido escrita pelo Rato de Nove Dedos
(além da carta ter a palavra arbitrariedades, que eu duvido que o Lula saiba sequer falar corretamente, quanto mais escreve-la).

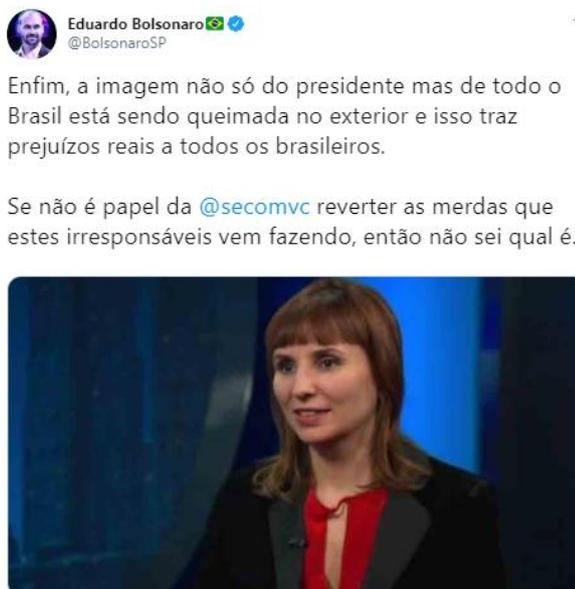
As figuras 2 e 3 são respostas à publicação analisada anteriormente. No que se refere à intertextualidade, em ambos os casos, a recontextualização da voz presente na carta é realizada para enfatizar a objeção dos interlocutores frente ao exposto. Desse modo, percebe-se a desarmonia entre essas vozes. É importante pontuarmos, subsidiados em Thompson (2011), que o poder organizou essas práticas discursivas, isto é, os discursos dominantes (que atravessam os comentários públicos) e o discurso de resistência (Lula) instauraram a luta pelo poder. O embate entre esses discursos instabilizou a ideologia hegemônica, instaurada nos comentários, e, conseqüentemente, comprometeu a sustentação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

Em decorrência do exposto, e amparados no pensamento de Thompson (op. cit.), percebemos a operacionalização da ideologia nesses discursos opressores, uma vez que eles tencionaram criar um inimigo, isto é, associar Lula à perversidade, assim como a necessidade de expurgá-la ao referente. Esse sentimento ainda é reforçado pela alusão ao ex-presidente Fernando Collor de Melo, quando se utiliza propositalmente do termo “Lulla”, aludindo à marca do governo de Fernando Collor, que, como Dilma, também foi impedido, em 1992. Logo, a marca com dois LL acabou se tornando um referente para corrupção.

A respeito da categoria interdiscursividade, constatamos a representação de diferentes discursos nessas duas figuras, mas, para esta análise, selecionamos o discurso de ódio. A materialização desse discurso é comprovada, seguindo Glucksmann (2007), a partir da forma meticulosa como os interlocutores constroem seus discursos, isto é, o ódio direcionado ao Lula é efetivado de modo afirmativo e incisivo, e não meramente efêmero. Na figura 2, esse discurso é marcado pelo desejo da morte do referente (Lula); a expressão irônica “semiaberto” é recategorizada pela imagem de um caixão que, *a priori*, diria respeito ao regime de pena definido pelo Ministério Público Federal, mas, com a figura de um caixão com apenas uma parte aberta, significa o desejo referido. Enquanto na figura 3, a delimitação ocorre por meio do discurso xenofóbico; os sintagmas “eu duvido que o Lula saiba sequer falar corretamente, quanto mais escrevê-la” e “rato de nove dedos” reforçam uma questão de classe a partir do estereótipo do nordestino analfabeto e inculto que vive em condições insalubres, assim como elucidam a aversão do interlocutor frente a figura referenciada.

Relacionado à avaliação, identificamos afirmações avaliativas baseadas na presença de advérbio, locução conjuncional, substantivo e verbo. Na figura 2, marcadas nestes termos: “reencarne”, “novamente”, “inferno” e o neologismo “LULIXO”; na figura 3, nos seguintes termos: “veracidade”, “muito bem escrita”, “rato de nove dedos”, “sequer” e “quanto mais”. Também há afirmações com verbos de processo mental afetivo, de maneira explícita, na figura 2: “Eu quero”; e na figura 3: “não reconheço” e “eu duvido”. E, por fim, as presunções valorativas da figura 2 revelam que o locutor deseja a morte do referente (Lula); já na figura 3, o interlocutor evoca a imagem de um nordestino estereotipado para anular a autenticidade da carta escrita pelo ex-presidente. Em resumo, o discurso de ódio pode se manifestar na língua por diferentes elementos semióticos: ora por elementos imagéticos, como o caixão, que metaforicamente remete ao desejo da morte; ora por elementos verbais marcados pela xenofobia, com lexemas específicos que levam ao descrédito e deslegitimação do político. Dando seguimento a nossa análise, vejamos outro exemplo:

Figura 4: Tweet do Eduardo Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1224727037765615617>.

A figura 4 diz respeito à postagem do deputado federal Eduardo Bolsonaro acerca da entrevista concedida ao programa de televisão americana Amanpuor and Company⁷⁴, em 31 de janeiro de 2020, pela cineasta Petra Costa, tendo por enfoque a apresentação do seu documentário *Democracia em Vertigem*, produzido em 2019. Na ocasião, a diretora do documentário explanou acerca do cenário sociopolítico do Brasil, bem como teceu críticas às ações do então presidente Jair Messias Bolsonaro.

Marca-se aqui o discurso político, primeiro, pelas condições de produção: trata-se de um *tweet* de um deputado federal, que tem grande alcance nas redes sociais; segundo, pelo intuito de persuadir o público sobre uma determinada ideia – no caso, a de que um documentário premiado no exterior seria um desserviço à imagem do país –, utilizando-se de argumentos da paixão, uma vez que o documentário traz a temática sobre o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, cuja consequência foi a subida ao poder do ex-deputado Jair Bolsonaro.

Iniciando a análise pela intertextualidade, é possível afirmar que o texto analisado dialoga com outros textos. A voz do texto relatado dialoga, de modo divergente, principalmente, com a voz ausente da Petra Costa. A mesma é proveniente tanto da entrevista quanto do documentário; a publicação em análise se configura como uma resposta às suas falas. A voz presente no texto alude à produtora por meio da imagem anexa, bem como pelo conteúdo da publicação.

A recontextualização das afirmações da cineasta ocorreu com o intuito de refutá-las. Tal fato é comprovável a partir deste trecho do tweet: “Se não é papel da @secomvc reverter as merdas que estes irresponsáveis vêm fazendo, então não sei

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BX0ajAYmkWg> Acesso em 04 fev. 2020 às 18h30 min.

qual é”. A invocação da Secretaria Especial de Comunicação Social, assim como o uso dos termos “merdas” e “irresponsáveis” sugerem que a produção do documentário, bem como as declarações da cineasta na entrevista, diferem, conforme o conceito postulado por Foucault (1999), da vontade de verdade do discurso analisado.

Frente ao exposto, constatamos que a representação do discurso analisado não se restringe ao aspecto gramatical, ao contrário, revela, segundo Resende e Ramalho (2006), um processo ideológico. Amparados em Thompson (2011), reiteramos que esse discurso é ideológico, uma vez que serviu para estabelecer e sustentar as relações de dominação, no caso, a manutenção do poder do grupo de direita que está no Governo. Assim, entendemos que a produção discursiva não se limita a uma ação meramente individual, mas refere-se a um modo de agir sobre o mundo e particularmente sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2001).

Na categoria interdiscursividade, verificamos a representação de diversos discursos que atravessam a postagem, sendo os principais o discurso político e o discurso de ódio. No primeiro, observamos, sustentados por Charaudeau (2018), a estratégia de persuadir os seguidores sobre o que foi dito, isto é, à medida que o interlocutor circunscreve os seus enunciados como verídicos, exclui todos aqueles que possam confrontá-los. A adesão dos leitores dá-se ao equiparar os danos causados à imagem do presidente com os prejuízos para o povo brasileiro. Tal estratégia revela que os argumentos estão alicerçados nas crenças do grupo social que apoia as representações da figura evocada - o então presidente Jair Bolsonaro.

Em decorrência do exposto, percebemos, alicerçados em Gramsci (1977), que os políticos influenciam diretamente a produção e a propagação das concepções de mundo. Desse modo, nossas ações são, significativamente, motivadas pelas opiniões dos políticos.

No segundo discurso, a delimitação ocorre, não apenas, mas, sobretudo, por meio do discurso misógeno. A repulsa pela cineasta é construída, meticulosamente, através dos conceitos postulados por Recuero (2009): a popularidade, a reputação e a autoridade do interlocutor fomentaram a adesão e a construção de discursos convergentes ao exemplo analisado. Dessa maneira, percebe-se que o discurso de ódio, seguindo Glucksmann (2007), possui uma coerência interna, isto é, ultrapassa a efemeridade da sua produção. O mesmo não se limita à concepção meramente reativa. Esse discurso apresenta-se de modo camuflado para ocultar seu objetivo: mobilizar as pessoas a agirem, bem como pensarem em conformidade com o que ele determina.

Ainda sobre esse exemplo, afirmamos, subsidiados no pensamento de Thompson (2011), que o tweet analisado pretendeu sustentar a imagem de um inimigo já construído discursivamente, situado, ou seja, um ser que deve ser enxergado como mau, perigoso e ameaçador; por conseguinte, deve-se expurgá-lo. Nesse caso, o referente para tal finalidade é, principalmente, a imagem anexa da Petra Costa. Tal atitude não é arbitrária, tendo em vista que ela representa um risco para a sustentação das relações de dominação. Assim, a luta hegemônica fica evidente, uma vez que o discurso dominante (sustentado por Eduardo, Deputado

Federal da situação) e, por sua vez, de ódio, se contrapõe com o discurso de resistência, construído pela cineasta.

Com relação à avaliação, depreendemos as afirmações avaliativas nas seguintes marcações: adjetivo, advérbio de negação e exclusão, conjunção adversativa e condicional, verbo e locução verbal nestas expressões: “a imagem não só do presidente”, “mas”, “Brasil”, “está sendo queimada”, “traz prejuízos reais”, “brasileiros”, “se não é papel da @secomvc”, “reverter”, “merdas”, “irresponsáveis” e “vem fazendo”. Também há afirmações com verbos de processo mental afetivo, demarcado de modo explícito pelo autor: “não sei qual é”. Por fim, as presunções valorativas são estas: a imagem do atual presidente da República, assim como dos cidadãos brasileiros estariam sendo depreciadas no exterior em virtude do conteúdo produzido por Petra acerca do cenário sociopolítico contemporâneo. Assim, é possível inferir que o enunciador discorda do mesmo e, portanto, desqualifica-o.

Também é importante salientar que a menção feita à Secretaria Especial de Comunicação Social (@secomvc) evidencia o desejo de que o documentário fosse censurado, em razão de o seu conteúdo ir de encontro aos interesses do enunciador, bem como ao grupo social a que pertence. Diante disso, fica claro que as falas da Petra Costa representam um risco eminente ao discurso hegemônico do locutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das publicações e dos comentários públicos produzidos em perfis de lideranças políticas no Twitter, nosso trabalho objetivou *identificar diferentes discursos de ódio em perfis de lideranças políticas da situação e da oposição, bem como descrever os recursos semióticos utilizados para marcar esses discursos.*

Este trabalho foi alicerçado nos conceitos da Análise de Discurso Crítica por Fairclough (2001); ordem do discurso por Foucault; discurso político por Charaudeau (2018); discurso de ódio por Glucksmann (2007); ideologia por Thompson (2011) e de reputação, popularidade e autoridade por Recuero (2009).

Fundamentados nos referidos conceitos e na experiência desta pesquisa, identificamos a materialização dos discursos de ódio, por meio de textos verbais e imagéticos, no discurso xenofóbico e no desejo de morte direcionados ao ex-presidente Lula, assim como no discurso misógino encaminhado à Petra Costa. No primeiro caso, a xenofobia é marcada pela utilização de um estereótipo – o nordestino analfabeto que vive em condições insalubres – em termos como “rato de nove dedos”; já o desejo de morte é construído, simultaneamente, a partir da imagem do caixão com apenas um lado aberto, bem como pelo uso irônico do termo “semiaberto”. No segundo caso, a imagem anexa da cineasta e termos como “merdas” e “irresponsáveis” constroem e canalizam a repulsa para o referente.

Vale pontuar que esses discursos tencionaram aliar as imagens da Petra Costa e do Lula a seres perigosos, maus e perversos; por conseguinte, evocaram a

resistência dos seguidores, bem como a urgência em expurgá-los. Assim, percebemos que essas construções discursivas são marcadas pelo caráter afirmativo e insaciável do ódio.

Tal artifício configura-se como um recurso de defesa frente ao perigo eminente que esses sujeitos – Lula e Petra – representam aos discursos dominantes, assim como aos seus respectivos grupos sociais. O embate instaurado entre o discurso dominante e o de resistência propicia que as relações de dominação, assim como a ordem do discurso sofram alterações; isto é o que Fairclough (op. cit.) chama de “equilíbrio instável” das hegemonias.

Quanto ao discurso político, a delimitação ocorreu, seguindo Charaudeau (op. cit.), a partir dos objetivos comunicativos compartilhados pelo discurso do Lula e do Eduardo Bolsonaro: a busca pela opinião média influenciou essas construções discursivas, haja vista que os políticos tencionaram persuadir os internautas acerca das suas concepções. O Lula reuniu elementos que assegurassem a sua inocência, bem como refutassem as medidas executadas pelo Ministério Público Federal a respeito de sua pessoa; termos como “arbitrariedades”, “corrigir”, “justiça” e “verdade” elucidam tais finalidades. Enquanto o Eduardo Bolsonaro enfatiza que a Petra Costa é culpada pelos danos causados às imagens da população e do então presidente Jair Bolsonaro por meio de termos como “irresponsáveis” e “merdas”, assim como pela imagem proeminente do referencial.

A partir das afirmações anteriores, percebemos, seguindo Sato, Melo e Batista-Jr (2018), que o discurso é envolvido por estratégias de poder, porém, ele insere-se na vida social entre a regulação e a transformação. Assim, entendemos, alicerçados em Resende e Ramalho (2006), que o sujeito dispõe, apesar do aspecto coercitivo das práticas sociais, de uma liberdade para reconfigurar suas relações, assim como seu papel social, isto é, ele é capaz de superar as estratégias de poder orquestradas pelas ideologias hegemônicas.

Diante disso, salientamos que o desvelamento dos efeitos de sentido, nos discursos analisados, ocorreu por meio da leitura multimodal, isto é, a junção de textos verbais e imagéticos nos possibilitaram apreender tanto os sentidos explícitos como os implícitos.

Frente ao exposto neste tópico, reiteramos a importância de uma análise textual holística, haja vista que possibilita a reflexividade dos participantes na prática discursiva, assim como a reorganização, e, por conseguinte, a transformação da mesma. Acrescentamos ainda que seria bastante profícuo uma pesquisa que pensasse em estratégias pedagógicas para o desenvolvimento crítico em sala de aula à luz das teorias aqui propostas.

Notas

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contradilma-rousseff>. Acesso em: 20 ago. 2020.

² É o caso, por exemplo, de vitórias de partidos de direita pelo mundo, como a vitória de Trump nos EUA em 2016; de Viktor Órban na Hungria, em 2018, e do próprio Jair Bolsonaro, no mesmo ano; além do ressurgimento de movimentos de extrema direita, como a marcha neonazista em Charlottesville, EUA, em 2017; e o movimento 300, no Brasil, em 2020.

³ Enquanto os políticos da *situação* são aqueles que estão no poder em um determinado sistema de governo, os da *oposição* são aqueles que estão no poder de uma outra forma, isto é, atuam como agentes qualificados no aperfeiçoamento das ações do governo da *situação*.

⁴ É claro que as questões esquerda/ direita na política brasileira não são tão maniqueístas como talvez tenhamos dado a entender. Num sistema presidencialista de coalizão, é natural que grupos políticos assumidamente progressistas façam acordos com grupos mais conservadores e vice-versa, tudo pela condição de governabilidade e em busca da manutenção do poder.

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/02/sem-relatorio-projeto-de-lei-contra-fake-news-tem-votacao-adiada>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁶ Vídeo disponível em>: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCchyQ>. Acesso em: 23 jun. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BX0ajAYmkWg> Acesso em 04 fev. 2020 às 18h30 min.

Referências

BOBBIO, N. As razões da tolerância. In: BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 86-91.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2018.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GLUCKSMANN, A. *O discurso de ódio*. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

GRAMSCI, A. Alguns pontos preliminares de referência. In: GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977, p. 11-30.

RECUERO, R. Sites de Redes Sociais. In: RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 102-115.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SATO, D.T.B; MELO, I.F.; BASTISTA JR, J.R.L. *Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

SILVA, P. H. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. 139 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

STOCKER, P. C.; DALMASO, S. C. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro/dezembro 2016.

THOMPSON, J. O conceito de ideologia. In: THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 43-94.

Para citar este artigo

FERNANDES, Edilson Benedito; LIMA NETO, Vicente de. Discursos de ódio em perfis de lideranças políticas: uma análise de discurso crítica no Twitter. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 3, p. 342-361, set.-dez. 2020.

Os autores

Edilson Fernandes é aluno do curso de graduação em Letras/ Português da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, bolsista de iniciação científica (PICI/ UFERSA) e membro do grupo de pesquisa Linguagens e Internet (GLINET/ UFERSA/ CNPq). E-mail: edilsonfernandes@gmail.com

Vicente de Lima-Neto é professor de Linguística da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e do Programa de Pós-graduação em Ensino (UFERSA/ IFRN/ UERN). Coordena o grupo de pesquisa Linguagens e Internet (GLINET/ UFERSA/ CNPq). E-mail: vicente.neto@ufersa.edu.br